

# UM DIÁLOGO DOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA PARA A ANÁLISE DO ESTADO, DA LIBERDADE E DA IGUALDADE

Karina Melo Pessine<sup>1</sup>

Marcus Vinícius Coutinho Gomes<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho pretende prestar pontuações acerca de como obras de Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim e Georg Simmel incorporaram, na construção de suas teorias, aspectos de igualdade e liberdade para promover possível aproximação compreensiva sobre o Estado Moderno. Assim, após desdobrar esforço para traçar apontamentos sobre as teorias de cada um dos teóricos clássicos, será abordado como tais teorias tangenciam a seguinte questão: Qual o papel da igualdade e da liberdade na construção do Estado Moderno? Por meio desta investigação objetiva-se identificar a existência de um algum ponto de convergência nas múltiplas abordagens sociológicas a fim de iluminar aspectos que possam contribuir para um melhor entendimento do Estado.

## Introdução

Trata-se de estudo que busca compreender o Estado capitalista moderno e o papel da liberdade e da igualdade na consolidação do mesmo, a partir dos pressupostos teóricos dos clássicos da sociologia: Marx, Weber, Durkheim e Simmel.

O aporte teórico utilizado para a empreitada acima descrita será o contido em “O 18 brumário de Luís Bonaparte”, de Karl Marx; “A ética protestante e o “espírito” do capitalismo”, de Max Weber; “O Suicídio. Estudo de sociologia”, de Émile Durkheim e “As grandes cidades e a vida do espírito”, de Georg Simmel, sem o prejuízo de possíveis colocações advindas de outros textos dos autores clássicos, e de seus comentadores, que tenham relação com a temática proposta.

A ideia é fazer com que os clássicos dialoguem (ressaltando que em diálogos nem sempre há consenso) e nos forneçam instrumentos básicos para uma melhor compreensão do Estado moderno, bem como o papel da liberdade e da igualdade na consolidação e fortalecimento do mesmo. A intenção não é tecer considerações profundas sobre o tema e, sim, identificar pontos de convergência e divergência entre

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia Política da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Professora de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim- FDCI.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Professor de Direito Ambiental e Minerário da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim- FDCI.

as abordagens sociológicas recorrentes dos autores, a partir de um enfoque diferenciado que possibilite a construção de um conhecimento dinâmico.

A pesquisa se divide da seguinte forma: na primeira seção, será apresentada a sociedade moderna como objeto de análise e a contribuição de Marx, Weber, Durkheim e Simmel na consolidação da sociologia como ciência; na segunda, discute-se a liberdade e a igualdade, dando ênfase na importância dos conceitos para as análises dos autores clássicos; na terceira, dedica-se ao estudo do Estado, a partir de Marx, Weber, Durkheim e Simmel, tendo como pressuposto de análise a relação que os autores fazem entre o Estado e a liberdade e a igualdade. Por último, são apresentadas as considerações finais.

## **1 A sociedade moderna como objeto de análise: a contribuição de Marx, Weber, Durkheim e Simmel na consolidação da sociologia como ciência.**

O estudo dos clássicos da sociologia passa, primeiramente, por uma questão central sobre a qual os autores se deparam: o estudo da sociedade moderna, capitalista e industrial e a criação dos instrumentos necessários à compreensão desta sociedade. Desta forma, Marx, Weber, Durkheim e Simmel, empreenderam esforços no intuito de analisar os fenômenos nascentes da sociedade moderna (complexa, em constante transformação) através de um conhecimento específico. Cada autor, com enfoques diferenciados, parte de um ponto comum: a modernidade e a consolidação da sociologia como disciplina autônoma primordial ao estudo da sociedade moderna. Não seria diferente neste estudo. Torna-se necessário, primeiramente, apresentar alguns traços marcantes da contribuição dos clássicos na compreensão da sociedade e, como estes estudos contribuíram para a afirmação da sociologia como disciplina analítica precípua de análise da sociedade.

Émile Durkheim, em “O Suicídio”, inovou ao analisar o suicídio como fato social. Para tanto, Durkheim se utiliza de uma metodologia bem definida e estruturada (inclusive com a utilização da estatística) no intuito de identificar a relação entre as taxas de suicídio na Europa e os fatores sociais capazes de interferir nos suicídios. Durkheim definiu seu objeto de análise: “[...] chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado” (DURKHEIM, 2011, p.12) e identificou a utilização do método comparativo de análise, na medida em que “[...] só se explica comparando. Uma investigação científica, portanto, só poderá chegar a seu fim se referir a fatos comparáveis, e terá tanto maior possibilidade de êxito quanto maior for a certeza de que reuniu todos os que pudessem ser eficazmente comparados” (DURKHEIM, 2011, p.10).

Assim, nasce um método sociológico para a análise do suicídio:

De fato, se, em vez de enxergá-los apenas como acontecimentos particulares, isolados uns dos outros e cada um exigindo um exame à parte, considerarmos o conjunto dos suicídios cometidos numa determinada sociedade durante uma determinada unidade de tempo, constatamos que o total assim obtido não é uma simples soma de unidades independentes, uma coleção, mas que constitui por si mesmo um fato novo e *sui generis*, que tem sua unidade e individualidade, por conseguinte, sua natureza própria, e que,

além do mais, essa natureza é eminentemente social (DURKHEIM, 2011, p.17).

Durkheim desqualificou, com argumentos estatísticos, a influência dos fatores extrassociais (os orgânico-psíquicos e a natureza do meio social) na taxa de suicídio, e trouxe a explicação do suicídio através de causas sociais, entre elas a religião, a família e a sociedade política.

Weber, por sua vez, em “A ética protestante e o “espírito” do capitalismo”, analisou o fenômeno do capitalismo através da vertente religiosa. A obra é texto fundamental para pensar as imbricadas relações entre religião e sociedade. No que tange ao objeto de pesquisa definido por Weber, cabe mencionar que, o objeto não é o capitalismo como sistema econômico e, sim, o capitalismo enquanto “espírito”, ou seja, cultura. Aquele presente na “construção metódica da vida de todo dia” (WEBER, 2004, p.7).

As análises de Weber em “A ética protestante e o “espírito” do capitalismo” começam com a constatação de que “[...] a participação dos protestantes na propriedade do capital, na direção e nos postos de trabalho mais elevados das grandes empresas modernas industriais e comerciais, é relativamente mais forte, ou seja, superior à sua porcentagem na população total”. Isso acontece “[...] em parte por razões históricas que remontam a um passado distante em que a pertença a uma confissão religiosa não aparece como causa de fenômenos econômicos, mas antes, até certo ponto, como consequência deles” (WEBER, 2014, p. 30). Logo, para Weber (2014, p.48), “[...] por ora, é suficiente para nosso propósito indicar: que na terra natal de Benjamim Franklin (o Massachusetts) o “espírito do capitalismo” (no sentido por nós adotado) existiu incontestavelmente antes do “desenvolvimento do capitalismo”. Esse “espírito” do capitalismo, para Weber (2014, p.51), é um “[...] estilo de vida regido por normas e folheado a “ética””. Este mesmo “estilo de vida” identifica o trabalho como um fim em si mesmo, como “vocação numa profissão”.

A ética protestante é importante para além da emergência do capitalismo, quando, por exemplo, forma um procedimento racional em todos os domínios, o que “[...] equivale denunciar implicitamente a tradição estatista protestante e da escola histórica. Esse “estatismo”, longe de ser social ou socialista, vem favorecer a burocratização, outro fruto da ética protestante que consegue transformar a realidade social em “prisão” (Mitzman, *apud* POLLAK, 1996, p. 98).

Marx, no entanto, interpreta diferentemente o capitalismo. As análises de Marx (2011) sobre os acontecimentos revolucionários na França, entre 1848 e 1851 - acontecimentos estes que levaram ao domínio autoritário de Luís Bonaparte – demonstram o domínio de uma classe (burguesia) em detrimento de outras. A burguesia passa exercer um domínio em favor de seus interesses e, inclusive, passa a “abrir mão” de seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade em prol da sua manutenção no poder. “A república parlamentarista se transforma num aparato político-militar encabeçado por um líder “carismático” que tira das mãos da burguesia as decisões que essa classe não consegue mais tomar e executar por suas próprias forças” (MARX, 2011, p. 9).

O “18 de brumário de Luís Bonaparte” traz consigo teses fundamentais do materialismo histórico (luta de classes/doutrina do Estado). Nele Marx aborda a atitude

do proletariado frente ao Estado burguês, bem como avalia a participação dos camponeses nos acontecimentos revolucionários acima mencionados.

Já as contribuições de Simmel para a compreensão da sociedade estão atreladas aos estudos das transformações da sociedade moderna. Simmel (2005, p. 577) nos ensina que, “[...] os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida”.

Nas análises de Simmel, a forma de socialização passa a ser o objeto da ciência da sociedade, “[...] a sociologia deve, analogicamente, buscar separar as formas de socialização dos conteúdos particulares da vida humana. Essa separação é, por sua vez, o que lhe permite identificar a sociologia como ciência” (BÁRBARA, 2014, p. 97). O método, para Simmel, possui um conceito vago, que reflete a observação da realidade social.

Tanto Durkheim, como Weber, Marx e Simmel, cada qual com seus objetos de estudo: o suicídio como fato social, o “espírito do capitalismo” a partir da vertente religiosa, o capitalismo visto pelas lutas de classe ou as formas de socialização, contribuíram efetivamente para a análise da sociedade e, mais que isso, para a consolidação da sociologia como ciência.

## **2 Liberdade e Igualdade no Estado moderno.**

Conforme mencionado anteriormente, o estudo ora proposto não objetiva analisar profundamente os conceitos liberdade e igualdade. A ideia é identificar um ponto comum da abordagem sociológica dos autores clássicos e, além disso, trazer aspectos que possam contribuir para uma melhor compreensão do Estado levando em conta os pressupostos da igualdade e liberdade.

O estudo da liberdade e igualdade como realidades objetivas é campo comum para os clássicos da sociologia. Dentre os autores, Weber é o que menos aborda o assunto.

Embora admitindo que a racionalidade, enquanto traço fundamental da ordem capitalista, eleva o homem à categoria de sujeito histórico, libertando-o “dos valores impostos pela tradição e teologia que caracterizaram o período pré-moderno”, Weber conclui que a crescente racionalização da sociedade terminaria por encerrar os homens em uma “jaula de ferro” que cercearia a autonomia, a liberdade e a criatividade humana (Caume, *apud* CUNHA; TORRES JUNIOR, 2004, p. 31).

Em Marx e Durkheim é possível associar o surgimento da igualdade e da liberdade às relações de mercado e divisão social do trabalho.

É Marx quem de forma mais clara “[...] se refere à igualdade e à liberdade enquanto traços específicos das relações de mercado”. Ao estudar “[...] as relações entre os portadores de mercadorias, ou seja, entre os agentes das trocas de mercado,

Marx estabelece que tais relações são de absoluta igualdade” (CUNHA; TORRES JUNIOR, 2004, p. 32). Marx identificou elementos de opressão no capitalismo, mas [...] “comparado a outros períodos da história, o capitalismo foi um instrumento de liberação social” (CUNHA; TORRES JUNIOR, 2004, p. 33).

Durkheim, por sua vez, refere-se à liberdade como “[...] sinônimo de autonomia individual e autonomia só se conquista através da intensificação do processo de divisão do trabalho” (CUNHA; TORRES JUNIOR, 2004, p. 34). Logo, a liberdade deve ser entendida “[...] enquanto fenômeno decorrente da crescente autonomia assumida pelo indivíduo como aprofundamento do processo de divisão do trabalho social” (CUNHA; TORRES JUNIOR, 2004, p. 33). Com relação à questão da igualdade, “[...] Durkheim parece percebê-la, sobretudo, enquanto decorrente do crescente estabelecimento da igualdade nas condições exteriores da luta” (CUNHA; TORRES JUNIOR, 2004, p. 33).

Simmel, por sua vez, utilizando indistintamente de categorias marxistas e durkheimianas, estabelece, “[...] uma estreita relação entre a ampliação dos grupos sociais, a especialização funcional, a ampliação do mercado e a emergência da individualidade e da liberdade” (CUNHA; TORRES JUNIOR, p. 34). Simmel (2005) visualiza uma grande influência da economia monetária na ampliação do mercado, no “espírito moderno” e, conseqüentemente, no surgimento da individualidade e da liberdade. As relações de ânimo entre as pessoas passam a fundamentar-se nas suas individualidades.

Todavia, ao verificar, dois significados de individualidade – o do século XVIII, que identificava que os indivíduos libertos de todas as cadeias históricas e sociais seriam essencialmente iguais, “[...] e o individualismo do século XIX, decorrente da divisão do trabalho, cuja tônica seria a diferenciação – Simmel parece distanciar-se de Durkheim, lançando dúvidas sobre a possibilidade de que o processo de divisão do trabalho promova a igualdade (CUNHA; TORRES JUNIOR, 2004, p. 34).

### **3 O Estado moderno a partir dos pressupostos de liberdade e igualdade: uma análise dos clássicos da sociologia.**

As análises desenvolvidas por Marx, Weber, Durkheim e Simmel apesar de convergirem no sentido de identificar a liberdade e igualdade como molas propulsoras do Estado moderno, são diferenciadas em vários pontos. E são essas percepções, encontradas nos textos base deste estudo, que nos nortearão a partir desse momento.

Marx (2011), constata a ascensão da burguesia como classe social após a Revolução Francesa. Esta ascensão, naquele momento, esteve atrelada aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, ou seja, a inclusão de direitos individuais na Carta de direitos dos cidadãos franceses. A liberdade assume condição primordial ao crescimento e estabelecimento da propriedade privada, logo, ao desenvolvimento do capitalismo. Para Marx, o Estado (burguês) passa a ser instrumento de dominação da classe burguesa sobre a operária.

Em “O 18 de brumário de Luís Bonaparte”, Marx analisa os eventos revolucionários na qual a França estava envolvida entre, entre 1848 e 1851, eventos que

levam ao domínio autoritário de Luís Bonaparte, com o apoio da burguesia. “A república parlamentarista se transforma num aparato político-militar encabeçado por um líder “carismático” que tira das mãos da burguesia as decisões que essa classe não consegue mais tomar e executar por suas próprias forças” (MARX, 2011, p. 9). Marx constrói uma linha de argumentação que identifica o Estado como corpo estranho para a sociedade, exprimindo o poder da classe dominante. Portanto, para Marx o Estado é a expressão do poder da dominação de classe.

O crescimento das liberdades civis, até então o remédio necessário ao desenvolvimento do Estado liberal, começa a ameaçar a dominação burguesa, momento em que as tais liberdades passam a ser combatidas.

A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostaram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado “*socialistas*” (MARX, 2011, p. 80).

Aqui, “[...] a liberdade e igualdade têm um sentido bem diferentes – um sentido que ameaça a dominação estabelecida. A generalização e a realização da liberdade não são mais do interesse da burguesia; isso já seria socialismo” (MARX, 2011, p.11).

O regime parlamentarista, que é o regime da discussão por excelência, passou a gerar conflitos, inerentes ao próprio exercício da liberdade e da igualdade. O regime parlamentarista é o “regime da intranquilidade”, na medida em que “[...] submete tudo à decisão das maiorias; como poderiam as maiorias que estão além do Parlamento querer não decidir? Se vós que estais no topo do Estado tocais o violino, por acaso não esperais que os que estão lá embaixo dançam?” (MARX, 2011, p. 81).

Desta forma, o que antes a burguesia enaltecia como “liberal”, agora tacha de heresia “*socialista*”. “A burguesia confessa que o seu próprio interesse demanda que ela seja afastada do perigo de *governar a si própria*; que, para preservar o seu poder social intacto, o seu poder político devia ser desmantelado” [...] (MARX, 2011, p. 81).

Weber (2004), diferentemente de Marx, em a “Ética protestante e o “espírito” do capitalismo, identifica o “espírito” do capitalismo como fenômeno intrínseco à ética protestante. O autor analisa as liberdades civis (liberdade e igualdade) como elemento primordial ao desenvolvimento do capitalismo e, principalmente, ao trabalho livre. O “espírito” do capitalismo é, antes de tudo, um espírito do labor. Os trechos dos escritos de Benjamim Franklin<sup>3</sup> que Weber se apropria em sua obra são a tradução da

---

<sup>3</sup> É bem verdade que Weber, ao analisar as incursões de Benjamim Franklin e a importância da “ética protestante” para o desenvolvimento da América, deixou de constatar a importância do trabalho escravo na acumulação de riquezas dos EUA.

concepção de liberdade para o exercício de um determinado trabalho (dos moldes da moral protestante) que, por sua vez, conduzem a formação de um “espírito” diferenciado, típico das sociedades modernas.

Montesquieu diz dos ingleses (*Esprit des lois*, livro xx, cap. 7) que “foi o povo do mundo que melhor soube se prevalecer dessas três grandes coisas: a religião, o comércio e a liberdade”. “Terá havido porventura uma conexão entre sua superioridade no campo dos negócios – e, num outro contexto, seu, seu pendor para instituições políticas livres – e esse recorde de devoção que Montesquieu reconhece neles” (Montesquieu, *apud* WEBER, 2004, p. 39).

Weber também trouxe argumentos para a construção de uma espécie de “racionalismo econômico” da economia moderna, na medida em que esse processo de racionalização, no plano da técnica e da economia, condicionam também uma parte importante dos “ideais de vida” da moderna sociedade burguesa: “[...] o trabalho com objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários à humanidade é também, não há dúvida, um dos sonhos dos representantes do “espírito capitalista”, uma das balizas orientadoras de seu trabalho na vida” (WEBER, 2004, p. 67).

Durkheim, por sua vez, não construiu uma teoria do Estado e sim, teceu análises esparsas em suas obras que nos conduzem ao estabelecimento de algumas prerrogativas. A preocupação maior de Durkheim não era a formulação de um conceito de Estado. O teórico preocupava-se com função social do Estado (incluída a função de garantidor dos direitos individuais) e sua relação com a moral social.

Para Durkheim, o papel do Estado na sociedade moderna varia de acordo com a sociedade, mas há uma espécie de convergência no sentido de verificar que o Estado atua como mediador entre o indivíduo e a sociedade industrial da época. Ele protege o indivíduo e, assim, sua individualidade, defendendo o indivíduo de outros grupos sociais, como a família, religiões e tradição, por exemplo (OLIVEIRA, 2010).

As funções do Estado moderno tornam-se amplas sem que dessa ampliação resulte numa diminuição do indivíduo, ou que, para tanto o Estado recue, na medida

em que indivíduo seria, de certa forma, o próprio resultado do Estado, pois a atividade do Estado seria fundamentalmente libertadora do indivíduo (Durkheim *apud* OLIVEIRA, 2010).

Portanto, liberdade e igualdade ganham importante conotação em Durkheim, visto que “[...] garantir as liberdades individuais significa desatar as amarras corporativas e familiares que fragmentam o corpo social em muitas unidades e ameaçam a coesão de toda a sociedade”. Ressalta-se que, isso não significa quebrar os laços sociais que os indivíduos decidem, voluntariamente, manter entre si (OLIVEIRA, 2010, p. 132).

As associações profissionais atuam na identidade social, limitando o poder do Estado, impedindo que ele se tornasse tirano, ao invés de manter as liberdades individuais (OLIVEIRA, 2010). Cumpre mencionar que este resultado prático também é identificado por Durkheim em “O Suicídio”, pois a atuação dos grupos profissionais é extremamente importante para a sociedade moderna. Os grupos profissionais são

os organismos capazes de substituir os laços de família, religião ou os do grupo político no intuito de evitar a anomia.

No “Suicídio”, Durkheim (2011) não analisa o fato político em si, mas estuda os fatos sociais com a intenção de compreender como (e por que?) os indivíduos rompem com os laços sociais e cometem o suicídio. Até mesmo o Estado (que detém o direito como representação jurídica-material da moral) não consegue frear o indivíduo que opta por romper os laços sociais em atitude extrema.

No que tange à contribuição de Simmel, faremos uma breve análise do processo de socialização e, de como, através desse processo, os indivíduos interagem com o Estado, tendo como pressuposto o papel da liberdade e a individualidade nesta construção.

Para Simmel (2005), com o surgimento das grandes cidades, o aumento dos grupos profissionais, a com a inclusão da economia monetária (que retira a pessoalidade das relações de trabalho e consumo), cresce também a liberdade e a individualidade dos sujeitos. A cidade tem papel fundamental na construção da individualidade e no distanciamento entre os indivíduos. Cumpre esclarecer que esse distanciamento é necessário à sobrevivência nas cidades grandes: pois, nelas o número de indivíduos é bem maior, ao contrário das cidades pequenas e, se a relação exterior frequente com incontáveis seres humanos fosse contraposto com tantas quantas reações interiores, como acontece na cidade pequena, na qual se conhece praticamente toda pessoa e se tem uma relação positiva com todos, “[...] então habitantes da cidade grande estariam completamente atomizados interiormente e cairiam em um estado anímico completamente inimaginável” (SIMMEL, 2005, p; 582). Assim, a indiferença nos protege.

Contudo, são as condições da cidade grande que são tanto as causas como os efeitos desse traço essencial. As relações e oportunidades do habitante típico da cidade grande costumam ser tão variadas e complicadas, e sobretudo: mediante a acumulação de tantos homens, com interesses tão diferenciados, suas relações e atividades engendram um organismo tão complexo que, sem a mais exata pontualidade nas promessas e realizações, o todo se esfacelaria em um caos inextricável (SIMMEL, 2005, p; 580) .

Simmel (2005) adverte que a “[...], a técnica da vida na cidade grande não é concebível sem que todas as atividades e relações mútuas tenham sido ordenadas em um esquema temporal fixo e supra-subjetivo” (SIMMEL, 2005, p; 580). Nesse ponto, o Estado tem um papel primordial ao fixar diretrizes/esquemas e estabelecer regras de convivência, influenciando, assim, a forma com que o indivíduo se relaciona com a sociedade. Em cidades grandes (complexas) esse papel torna-se cada vez mais importante. É condição essencial para a “técnica da vida na cidade grande”.

### **Considerações finais**

O diálogo dos clássicos da sociologia baseado no aporte teórico contido no “O 18 de brumário de Luís Bonaparte”, de Karl Marx; “A ética protestante e o “espírito” do capitalismo, de Max Weber; “O Suicídio. Estudo de sociologia”, de Émile Durkheim e



“As grandes cidades e a vida do espírito”, de Georg Simmel, nos possibilitou compreender o Estado moderno a partir da liberdade e da igualdade.

A contribuição da liberdade e igualdade para a consolidação do Estado moderno/capitalista é terreno comum aos autores. Todavia, a forma como cada um deles identifica o Estado e as consequências exercidas pela liberdade e igualdade, são diferenciadas. Marx compreende o Estado como instrumento de dominação da classe dominante (burguesia), faz uma conexão entre liberdade (direitos individuais) e consolidação da propriedade privada e adverte que a distinção entre os indivíduos se dá pela propriedade. Logo, há classe porque há propriedade privada e, se existem distinções entre os indivíduos, não há igualdade na essência. Weber, por sua vez, analisa o Estado capitalista através da ética protestante, relacionando a importância da liberdade na conformação do trabalho livre (do trabalho em si e como vocação). Durkheim preocupou-se com função social do Estado e sua relação com a moral social. Em “O Suicídio” o Estado aparece como “pano de fundo” nas imbricadas relações entre o sujeito e a sociedade. Simmel, no entanto, contribuiu com sua análise sobre o processo de socialização, verificando como os indivíduos interagem com o Estado, tendo como pressuposto o papel da liberdade e a individualidade nesta construção. Como se vê na obra de cada um destes teóricos, tanto a liberdade quanto a igualdade tornam-se índices avaliativos que permitem avançar na mensuração e compreensão do desenvolver sociológico.

## REFERÊNCIAS

BÁRBARA, Lenin Bicudo. **A Vida e as Formas da Sociologia de Simmel**. Tempo Social, v. 26, n. 2, p. 89-107, 2014.

CUNHA, Flávio Saliba; TORRES JUNIOR, Roberto Dutra. **O diálogo dos clássicos: divisão do trabalho e modernidade na sociologia**. Belo Horizonte: C/Arte, 2004.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Márcio de. **Rev. Sociol. Política**., Curitiba, v.18, p.125-135, out. 2010.

POLLAK, Michel. **Max Weber: Elementos para uma biografia sociointelectual (PARTE II)**. Mana 2 (2):85-113, 1996.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. (1903). Mana 11 (2), p. 577-591, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.